



SEDU-ES
Professor - Conhecimentos Gerais

LÍNGUA PORTUGUESA

Domínio da ortografia oficial.....	1
Emprego da acentuação gráfica.....	10
Emprego dos sinais de pontuação	13
Flexão nominal e verbal. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo.....	17
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	22
Domínio dos mecanismos de coerência e coesão textual	26
Concordância nominal e verbal	31
Regência nominal e verbal	33
Sintaxe.....	36
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas)	44
Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados (Características dos diversos gêneros textuais. Identificação de informações explícitas e implícitas. Distinção entre fato e opinião. Interpretação com o auxílio de material gráfico diverso).....	45
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	56
Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero	56
Questões	71
Gabarito.....	89

PSICOLOGIA NA APRENDIZAGEM

Aspectos Psicológicos da Educação.....	1
A relação desenvolvimento/ aprendizagem: diferentes abordagens.....	3
Crescimento e desenvolvimento: biológico, psicológico e social. O desenvolvimento cognitivo e afetivo na criança e no adolescente.....	10
Questões	11
Gabarito.....	17

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

As diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro e as implicações na organização do sistema de educação brasileiro.....	1
A didática e o processo de ensino/aprendizagem: planejamento, estratégias, metodologias e avaliação da aprendizagem	9
A sala de aula como espaço de aprendizagem.....	11
As teorias do currículo.....	13
Usos dos resultados da avaliação da aprendizagem no planejamento do ensino.....	16
As contribuições da psicologia da educação para a pedagogia: implicações para a melhoria do ensino e para ações mais embasadas da ação profissional docente no alcance do que se ensina aos indivíduos.....	18
Os conhecimentos socioemocionais no currículo escolar: a escola como espaço social	21
As diretrizes curriculares nacionais para a formação docente	23
Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira	24
A Interdisciplinaridade e a contextualização no Ensino Médio.....	26
Os fundamentos de uma escola inclusiva	28
Educação e trabalho: o trabalho como princípio educativo.....	29
Ação da escola, protagonismo juvenil e cidadania	33
As avaliações nacionais da educação básica	35
Questões	37
Gabarito.....	44

USO DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO E INFORMÁTICA BÁSICA

Segurança da informação (noções de vírus e pragas virtuais, procedimentos de backup).....	1
Conhecimento da plataforma google (google sala de aula, google documentos, google planilha).....	10
Sistema operacional e ambiente windows. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	16
(Edição de textos, planilhas e apresentações em ambiente windows)	41
Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet.....	68
Questões	74
Gabarito.....	82

SUMÁRIO



DIRETRIZES, PARÂMETROS, MEDIDAS E DISPOSITIVOS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO

Constituição Federal de 1988 .Artigos nº 205 a nº 214	1
Currículos do Espírito Santo (Ensino Infantil e Fundamental).....	6
Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações, inclusive a Lei nº 13.415/2017	8
Plano Estadual de Educação - Lei Estadual nº 10.382/2015.....	40
Estatuto do Magistério - LCE nº 115/1998 e suas alterações	63
Plano de Carreira do Magistério - Lei Estadual nº 5.580/1998 e suas alterações	78
Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações..	88
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 .	155
Decreto Federal nº 7.611/2011	164
Resolução CNE Nº4/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado	166
Lei Brasileira de Inclusão Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações.....	169
Decreto nº. 65.810/1969 (promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial).....	201
Decreto federal nº 4.738/2003 (reitera a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial).....	209
As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos - Resolução CNE-CEB nº 07/2010	210
As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Resolução CNE/CEB Nº 03/2018.....	222
Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Educação de Jovens e Adultos a distância - Resolução CNE/CEB nº 001/2021	236
Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica de nível médio - Resolução CNE/CP nº 001/2021	242
Questões	259
Gabarito.....	265

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

— O Alfabeto na Língua Portuguesa

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

– **Nomes próprios estrangeiros:** Exemplo: Kátia, William, Yakov.

– **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Exemplo: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

Relevância do Alfabeto para a Ortografia

Compreender o alfabeto e suas características é o primeiro passo para dominar a ortografia oficial. A combinação correta das letras, assim como o reconhecimento dos sons que elas representam, é fundamental para escrever com precisão. A distinção entre vogais e consoantes e o uso adequado das letras adicionadas pelo Acordo Ortográfico são pilares essenciais para evitar erros na grafia de palavras.

A familiaridade com o alfabeto também ajuda a identificar casos de empréstimos linguísticos e termos estrangeiros que foram incorporados ao português, reforçando a necessidade de se adaptar às mudanças ortográficas que ocorrem com o tempo.



— Introdução

A Psicologia da Educação estuda o comportamento do ser humano no ambiente educacional, na busca pela compreensão acerca do funcionamento do processo de ensino e aprendizagem e no aprofundamento da investigação sobre as dificuldades de aprendizagem, criando ferramentas e estratégias com a finalidade de melhorar os processos de ensino, orientando professores e promovendo a inclusão.

— Comportamentalismo

O Comportamentalismo (Behaviorismo) é uma teoria psicológica baseada no estudo do comportamento humano a partir de estímulos, buscando entender a forma de resposta a esses estímulos, dentro do contexto em que o indivíduo está inserido. Podemos, portanto, destacar três aspectos centrais dessa teoria:

- 1 – Ênfase no indivíduo;
- 2 – Atenção ao comportamento organizacional e nos processos de trabalho;
- 3 – O estudo comportamental.

Assim, a aprendizagem é definida como uma mudança de comportamento que se dá em resposta a estímulos ambientais. Esses estímulos podem ser positivos ou negativos.

Os estímulos positivos, também chamados de “recompensas”, possibilitam a criação de associações positivas entre a “recompensa” e um determinado comportamento, levando-o à repetição da ação.

Já os estímulos negativos ou “castigos”, provocam o efeito contrário, fazendo com que o indivíduo evite repetir essas ações, a partir da associação de certos comportamentos com tais estímulos.

— Cognitivismo

Diferentemente do Comportamentalismo, que estabelece certa semelhança entre seres humanos e outros animais, nos processos de aquisição de comportamentos a partir de estímulos, o Cognitivismo analisa os humanos como seres racionais, diferentes dos outros animais. Assim, essa teoria explora as complexidades da mente humana no processamento de informações, estabelecendo o comportamento como resultado do pensamento.

Dessa forma, a aprendizagem é considerada resultado das atividades mentais (pensamento, conhecimento, memória, motivação, reflexão e resolução de problemas), sendo avaliada através da demonstração de conhecimento e da compreensão.

— Gestalt

O termo, de origem alemã, significa “forma total” e está relacionado ao modo através do qual, percebemos as coisas. Nesse contexto, os processos de desenvolvimento e aprendizagem são entendidos como resultado do amadurecimento do sistema nervoso e das estruturas sensoriais do indivíduo que gradativamente, permitem o aumento de sua capacidade perceptora, podendo contribuir para auxiliar o professor na organização dos estímulos, facilitando o processo de percepção.

— Construtivismo

A escola construtivista baseia-se na criação de informações subjetivas por parte do aluno, a partir de sua própria interpretação do mundo, provocando a reestruturação de seu pensamento.

Desse modo, pode-se entender que o construtivismo adota uma abordagem focada no aluno, enquanto o professor assume o papel de guia do processo de aprendizagem.



Pedagogia Tradicional

A Pedagogia Tradicional é uma das primeiras correntes que influenciaram o pensamento educacional no Brasil. Ela se consolidou no período colonial, principalmente com a chegada da Companhia de Jesus em 1549, e predominou até o início do século XX.

Essa corrente é caracterizada por:

- **Centralidade no professor:** O mestre ocupa o papel central no processo de ensino, sendo o detentor do conhecimento e responsável pela sua transmissão direta aos alunos.
- **Método expositivo e repetitivo:** O ensino baseia-se na exposição oral dos conteúdos, com ênfase na memorização e na repetição mecânica.
- **Conteúdos fixos e enciclopédicos:** O currículo é rígido, estruturado em torno de disciplinas tradicionais (como Línguas, Matemática, Filosofia e Religião), com pouca ou nenhuma adaptação ao contexto social dos alunos.
- **Hierarquia e disciplina rígida:** As relações entre professor e aluno são verticais, com ênfase na obediência, na ordem e na disciplina.
- **Alunos como receptores passivos:** O estudante é visto como um recipiente vazio, cuja função é absorver o conhecimento transmitido pelo professor.
- **Elitismo:** A educação tradicional era voltada às elites, com exclusão das classes populares, restringindo-se principalmente à formação das lideranças políticas e religiosas.

Durante o período colonial, o ensino era controlado pelos jesuítas, que tinham como principal objetivo a formação religiosa e moral da elite dirigente. As aulas ocorriam nos colégios jesuítas, onde eram ensinadas disciplinas como Gramática Latina, Retórica e Teologia.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, sob ordem do Marquês de Pombal, houve uma tentativa de secularização da educação, mas a estrutura e os métodos tradicionais permaneceram intactos. Essa forma de ensino continuou predominando até o início das reformas educacionais no século XX.

Implicações na Educação

A Pedagogia Tradicional influenciou profundamente a organização do sistema educacional brasileiro em seus primeiros séculos. Suas implicações incluem:

- **Currículo Enciclopédico e Rígido:** O ensino tradicional priorizou a transmissão de conteúdos universais, desvinculados da realidade social do aluno. Esse modelo hierarquizou as disciplinas, com ênfase na Língua Portuguesa, Matemática e Religião.
- **Métodos de Ensino Autoritários:** A sala de aula era organizada de forma rígida, com os alunos sentados em fileiras e o professor posicionado como autoridade central. A avaliação baseava-se em provas orais e escritas que exigiam a reprodução fiel dos conteúdos memorizados.
- **Elitismo Educacional:** A educação tradicional era acessível apenas às elites econômicas e políticas, excluindo grande parte da população, sobretudo negros, indígenas e pessoas das classes trabalhadoras. Esse caráter seletivo e excludente gerou um sistema educacional desigual.
- **Influência Religiosa:** A educação jesuítica e, posteriormente, a forte presença da Igreja Católica na escola consolidaram uma perspectiva moralizante, em que os valores religiosos eram centrais no processo formativo.



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Segurança da informação é o conjunto de ações para proteção de um grupo de dados, protegendo o valor que ele possui, seja para um indivíduo específico no âmbito pessoal, seja para uma organização¹.

É essencial para a proteção do conjunto de dados de uma corporação, sendo também fundamentais para as atividades do negócio.

Quando bem aplicada, é capaz de blindar a empresa de ataques digitais, desastres tecnológicos ou falhas humanas. Porém, qualquer tipo de falha, por menor que seja, abre brecha para problemas.

A segurança da informação se baseia nos seguintes pilares²:

- **Confidencialidade:** o conteúdo protegido deve estar disponível somente a pessoas autorizadas.
- **Disponibilidade:** é preciso garantir que os dados estejam acessíveis para uso por tais pessoas quando for necessário, ou seja, de modo permanente a elas.
- **Integridade:** a informação protegida deve ser íntegra, ou seja, sem sofrer qualquer alteração indevida, não importa por quem e nem em qual etapa, se no processamento ou no envio.
- **Autenticidade:** a ideia aqui é assegurar que a origem e autoria do conteúdo seja mesmo a anunciada.

Existem outros termos importantes com os quais um profissional da área trabalha no dia a dia.

Podemos citar a legalidade, que diz respeito à adequação do conteúdo protegido à legislação vigente; a privacidade, que se refere ao controle sobre quem acessa as informações; e a auditoria, que permite examinar o histórico de um evento de segurança da informação, rastreando as suas etapas e os responsáveis por cada uma delas.

Alguns conceitos relacionados à aplicação dos pilares

- **Vulnerabilidade:** pontos fracos existentes no conteúdo protegido, com potencial de prejudicar alguns dos pilares de segurança da informação, ainda que sem intenção
- **Ameaça:** elemento externo que pode se aproveitar da vulnerabilidade existente para atacar a informação sensível ao negócio.
- **Probabilidade:** se refere à chance de uma vulnerabilidade ser explorada por uma ameaça.
- **Impacto:** diz respeito às consequências esperadas caso o conteúdo protegido seja exposto de forma não autorizada.
- **Risco:** estabelece a relação entre probabilidade e impacto, ajudando a determinar onde concentrar investimentos em segurança da informação.

Tipos de ataques

Cada tipo de ataque tem um objetivo específico, que são eles³:

- **Passivo:** envolve ouvir as trocas de comunicações ou gravar de forma passiva as atividades do computador. Por si só, o ataque passivo não é prejudicial, mas a informação coletada durante a sessão pode ser extremamente prejudicial quando utilizada (adulteração, fraude, reprodução, bloqueio).
- **Ativos:** neste momento, faz-se a utilização dos dados coletados no ataque passivo para, por exemplo, derrubar um sistema, infectar o sistema com malwares, realizar novos ataques a partir da máquina-alvo ou até mesmo destruir o equipamento (Ex.: interceptação, monitoramento, análise de pacotes).

¹ <https://ecoit.com.br/seguranca-da-informacao/>

² <https://bit.ly/2E5beRr>

³ <https://www.diegomacedo.com.br/modelos-e-mecanismos-de-seguranca-da-informacao/>



CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;